



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 12-9-2023.

Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às dez horas e quinze minutos, reuniu-se na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni e Lourdes Sprenger. Em prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a vereadora Psicóloga Tanise Sabino justificou a ausência por estar participando da Audiência pública da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, conforme SEI nº 215.00111/2023-78, apregoadado em Plenário. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Cláudia Araújo o Projeto de Lei do Legislativo nº 084/23 (Processo nº 0180/23), à vereadora Mônica Leal o Projeto de Lei do Legislativo nº 127/21 (Processo nº 0342/21), à vereadora Lourdes Sprenger o Projeto de Lei do Legislativo nº 210/22 (Processo nº 0389/22) e ao vereador Aldacir Oliboni o Projeto de Lei do Legislativo nº 619/21 (Processo nº 1363/21). Acrescenta-se, ainda, que foi lido, discutido e REJEITADO, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia seis de setembro do corrente, o Parecer nº 076/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 084/23 – Processo nº 0180/23), de autoria da vereadora Psicóloga Tanise Sabino. Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria “Setembro Verde, Doação de Órgãos” e, de imediato, destacou a presença dos senhores Ana Nunes, assessora institucional da ViaVida; Fernanda Bonow, coordenadora médica da Organização de Procura de Órgãos (OPO) da Santa Casa de Misericórdia; Cincinato Fernandes Neto, diretor-geral do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV); Manoel Nelson Silveira, biólogo e membro da Comissão Intra-Hospitalar para Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes (CIHDOTT) do Hospital Cristo Redentor; Joema Silveira da Costa Ferrer, enfermeira e membro da CIHDOTT do Hospital de Pronto Socorro (HPS); Fábio Botesini da Silva, coordenador de enfermagem da Associação Hospitalar Vila Nova; Paulo Roberto Antonacci Carvalho, coordenador da CIHDOTT do Hospital de Clínicas, e Isadora Grumbt Najjar, procuradora da Procuradoria-Geral do Município. Em prosseguimento, o senhor presidente destacou a

importância do Dia Nacional da Doação de Órgãos, celebrado em vinte e sete de setembro, relatou participação do evento “O Amor Vive”, do governo estadual, e defendeu a realização de campanhas de conscientização sobre o tema. A seguir, a vereadora Lourdes Sprenges manifestou apoio a iniciativas de conscientização e divulgação de informações sobre a doação de órgãos. A vereadora Cláudia Araújo pontuou que o maior problema relacionado ao assunto é a falta de informação e defendeu que todos sejam doadores. Em seguida, o vereador Aldacir Oliboni observou que houve dois mil seiscentos e cinquenta transplantes de órgãos no Brasil em dois mil e vinte e dois, ressaltando que há espaço para avanços. Também relatou a criação de lei municipal que instituiu a Semana de Conscientização sobre Doação de Órgãos, a qual prevê inclusive a realização de Sessão Solene sobre o assunto a fim de homenagear instituições que promovam a prática. Dando continuidade, a senhora Ana Nunes informou que a instituição ViaVida trabalha há vinte e um anos promovendo a conscientização sobre a doação de órgãos. Defendeu que as pessoas conversem com as suas famílias para informar que são doadoras. Manifestou-se a favor do debate permanente sobre o tema, não apenas no contexto do Setembro Verde. Em prosseguimento, a senhora Fernanda Bonow informou que, na OPO onde atua obtém cerca de cem órgãos por mês. Afirmou que seu trabalho consiste na oportunização às famílias de doação de órgãos de seus entes falecidos. Observou, ainda, que este ano tem sido de crescimento do número de doações. Após, o senhor Cincinato Fernandes Neto declarou que, pelo fato de o HMIPV ser um hospital infantil, há um baixo nível de óbitos. Nesse contexto, a doação de órgãos ocorre principalmente em casos de morte encefálica, sempre que há autorização da família. A seguir, a senhor Joema Silveira da Costa Ferrer relatou que a CIHDOTT do HPS trabalha com entrevistas das famílias de falecidos e encaminhamentos para doação de órgãos. Informou que cerca de metade das famílias opta pela doação e chamou atenção para a falta de informação, evidenciando que muitas famílias afirmam que seus falecidos não eram doadores em vida pelo fato de não terem registrado essa decisão em cartório, sendo que não há tal requisito para doação de órgãos. Criticou a repercussão do caso de transplante de órgão recebido pelo apresentador de televisão Fausto Silva, pois houve muitas notícias e informações falsas a respeito do tema, o que atrapalha o processo de conscientização sobre a doação de órgãos. Em seguida, o senhor Fábio Botesini da Silva destacou que há uma demanda represada muito grande de doação de córneas no Rio Grande do Sul. Frisou a importância da atuação da mídia na promoção da doação de órgãos. Por fim, explicou o processo de captação, tratamento e implante de córneas doadas. Em prosseguimento, o senhor Paulo Roberto Antonacci Carvalho afirmou que a doação de órgãos transforma a vida das pessoas. Declarou que o Hospital de Clínicas realiza todo tipo de transplante, mas que a captação de órgãos é limitada tendo em vista o perfil de paciente atendido no hospital, que tende a ser de mais alta idade e com maior comprometimento de órgãos. Defendeu a importância do papel da mídia na divulgação de informações sobre o assunto, considerando que há pouca atuação nesse sentido. Destacou que o Sistema Nacional de Transplantes possui amplo reconhecimento, pois se baseia em critérios eminentemente científicos. Informou, ainda, que todos os hospitais que têm programas de transplantes precisam ter uma CIHDOTTs, sendo que outros hospitais operam com OPOs. A senhora Fernanda Bonow defendeu que se reflita não sobre se somos doadores de órgãos, mas sobre se somos receptores de órgãos e se aceitaríamos o transplante caso precisássemos. Após, o

senhor Fábio Botesini da Silva chamou atenção para a importância do papel de líderes religiosos na tarefa de desmistificar o tema e promover a doação de órgãos. A senhora Fernanda Bonow explicou que é possível a utilização de órgãos limítrofes, que são órgãos de pessoas de idade avançada, para transplantar para outras pessoas de idade avançada. Informou haver uma análise técnica que avalia a compatibilidade entre órgão do doador e organismo do receptor. Evidenciou, ainda, que o trabalho nas CIHDOTTs é considerado uma atribuição adicional, mas não é remunerada e não recebe destinação de equipes dedicadas exclusivamente a essas tarefas, mesmo envolvendo uma rotina árdua, por lidar com morte e entrevistas familiares de forma rotineira. Apontou que nem horas extras são pagas por essa atividade e destacou que o município poderia promover melhorias nesse aspecto propondo legislação sobre o tema. Em prosseguimento, o vereador Aldacir Oliboni questionou quais são os critérios de compatibilidade para doação de órgãos. A senhora Fernanda Bonow afirmou que há diferentes critérios para diferentes órgãos. No caso de órgãos vitais, os critérios são menos rígidos tendo em vista o aumentado risco de morte para o receptor. Já para órgãos não-vitais, há mais critérios, sendo alguns deles a tipagem sanguínea e o tamanho do órgão, por exemplo. O senhor Paulo Roberto Antonacci Carvalho também sublinhou o critério geográfico, relacionado ao tempo de isquemia fria, que é o tempo de duração do órgão fora do organismo, que varia conforme o tipo de órgão. Em seguida, a vereadora Cláudia Araújo propôs encaminhamento de envio de Indicação ao Poder Executivo de fomento de campanhas e doação de órgãos, principalmente, mas não apenas, durante o Setembro Verde. Também propôs sugestão à Mesa Diretora de realização de convite a cartórios à Câmara Municipal para o registro de seus servidores como doadores. A seguir, a vereadora Lourdes Sprenger propôs como encaminhamento acionar a legislação mencionada pelo vereador Aldacir Oliboni, voltada a eventos de conscientização. Também propôs a realização de novas reuniões sobre o tema, a divulgação de informações e campanhas de conscientização. O vereador Aldacir Oliboni concordou e sugeriu a realização de Sessão Solene pela Câmara Municipal, nos termos da legislação referida. Após ouvir todas as manifestações, o senhor presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: a) envio de Indicação ao Poder Executivo Poder Executivo de fomento de campanhas e doação de órgãos, principalmente, mas não apenas, durante o Setembro Verde; b) envio de sugestão à Mesa Diretora de realização de convite a cartórios à Câmara Municipal para o registro de seus servidores como doadores; c) realização de Sessão Solene na Câmara Municipal sobre o tema da doação de órgãos, conforme previsto pela lei municipal que instituiu a Semana de Conscientização sobre Doação de Órgãos e d) realização de levantamento de legislação sobre o tema, em diferentes níveis federativos, a fim de subsidiar futura elaboração de leis sobre doação de órgãos no âmbito da Câmara Municipal de Porto Alegre. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às onze horas e vinte e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 03/10/2023, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da

Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0619726** e o código CRC **258C4F01**.

Referência: Processo nº 009.00015/2022-93

SEI nº 0619726